

O NOVO SISTEMA MUNDO E AS GUERRAS FUTURAS¹

THE NEW WORLD SYSTEM AND FUTURE WARS

Ingrid Remédios e Silva²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a nova ordem internacional, traduzida na estrutura na qual as potências mundiais do século XXI estão dispostas e as novas ameaças que estão presentes. Mediante a transformação da sociedade, através da evolução em todas as esferas – social, política e tecnológica -, observa-se um mundo no qual os instrumentos de controle da força e manutenção do poder de uma nação estão mais complexos, sendo necessário observar as vantagens e desvantagens de seu uso para as novas operações terrestres em prol da segurança da pátria. Diante disso, a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de autores que abordam a temática, com finalidade de buscar as formas que as nações podem fazer uso das novas ferramentas contemporâneas e enfatizar a importância de adaptar-se a elas, de forma a proteger seu território, governo e povo das guerras futuras.

Palavras-chave: Ordem internacional. Ameaças. Operações terrestres. Potências mundiais. Segurança.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the new international order, translated into the structure in which the world powers of the 21st century arranged and the new threats that are present. Through the transformation of society, through evolution in all spheres - social, political and technological -, a world is observed in which the instruments for controlling the force and maintaining the power of a nation are more complex, and it is necessary to observe the advantages and disadvantages of its use for new ground operations in support of homeland security. In view of this, the methodology used is the bibliographical review of authors who address the subject, in order to seek ways that nations can make use of new contemporary tools and emphasize the importance of adapting to them, in order to protect their territory, government and people of future wars.

Keywords: International order. Threats. Ground operations. World powers. Safety.

1 Artigo apresentado em 21 de agosto de 2023 ao Centro de Instrução de Aviação do Exército como requisito parcial para obtenção do Grau Tecnólogo em Sistemas Mecânicos de Aeronaves.

2 Aluno do Curso de Formação e Graduação de Sargentos – Av Mnt. Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx). E-mail: remédios.silva@eb.mil.br

1 INTRODUÇÃO

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de uma centena de batalhas.” Essa máxima de Sun Tzu, estrategista militar, enfoca a necessidade de obter ampla informação sobre o contexto no qual está inserido para alcançar o sucesso em seus desafios. Entretanto, o sistema internacional foi alvo de inúmeras variações ao longo dos séculos e a capacidade da informação plena sobre os atores que nele participam fica cada vez mais difusa e descentralizada, levando a um certo cenário de instabilidade da balança de poder.

Com a evolução da sociedade em todos os aspectos, o campo informacional foi desenvolvido de forma a interconectar culturas e políticas por meio de um “clique” no computador, possibilitando o uso de dados e informações de forma ampla. Contudo, tal liberdade de acesso pode gerar prejuízos aos Estados, por meio de ataques cibernéticos aos sistemas de serviço estatal e da manipulação de informações para desestabilização de governos com o uso da mídia de veiculação em massa, como jornais online, blogs e redes sociais.

Conseqüentemente, tal cenário promove a alteração do equilíbrio de poder no sistema mundial diante da concentração de informações em torno de uma potência estatal influente, potencializando a instabilidade e a insegurança no globo, gerando a urgência de adaptar-se ao novo conceito de organização mundial e de produzir novos modelos de segurança nacional para os atores presentes.

Nesse contexto, o tema deste estudo é “Segurança de Nações: evolução do sistema internacional e as novas ameaças contemporâneas”. O objeto de pesquisa que está sendo estudado é “Ações no ambiente informacional como ameaças para a manutenção do poder estatal brasileiro”.

Tendo como base a delimitação do tema, este trabalho científico busca resolver o problema de quais mecanismos a Força Terrestre brasileira pode utilizar para adaptar-se à complexidade do meio informacional e preparar-se para as guerras futuras.

Para guiar o artigo, o objetivo geral investiga os desafios no campo informacional que o Brasil, mais especificamente a Força Terrestre, enfrentará no futuro. Ademais o objetivo geral, a pesquisa tem como objetivos específicos: a) identificar o sistema internacional atual; b) descrever as principais ferramentas tecnológicas e as ações no ambiente informacional e como seu uso não controlado pode afetar as potências mundiais; c) descrever como a Força Terrestre está se preparando para proteger a soberania nacional nesse contexto; d) compreender efeitos desse novo comportamento nas guerras futuras.

Em primeiro momento, é realizada uma revisão teórica sobre o assunto a ser tratado, através do procedimento de consulta bibliográfica em relatórios e livros que tratam da cibernética, do novo sistema internacional mundial e das atualizações feitas nos planos de segurança das nações.

Quanto à finalidade, é de tipo básica na qual é definida como puramente teórica. O foco desta pesquisa concentra-se em ser exploratória, identificando o objeto de estudo de forma mais clara e propondo hipóteses para o problema já explicitado. Diante disso, a abordagem qualitativa auxiliada pelo método de raciocínio lógico indutivo, é utilizada para retirar conclusões gerais sobre o tema.

Este estudo é relevante pois contribui para o aperfeiçoamento do preparo estatal brasileiro diante dos desafios e oportunidades que o campo informacional introduz no sistema em que os atores estão envolvidos. Dessa forma, constitui uma ferramenta para guiar suas decisões e proteger a sua soberania, segurança e sua defesa nacional.

2 O NOVO SISTEMA MUNDO

“Mas quando os estados mantêm contato regular entre si, e quando além disso a sua interação é suficiente para fazer com que o comportamento de cada um deles seja um fator necessário nos cálculos dos outros, podemos dizer que eles formam um sistema”. (BULL, 2002, p. 15)

A história do mundo e de sua sociedade foi construída mediante modificações na disposição dimensional dos seus componentes, e essa máxima de Hedley Bull traz a definição do sistema mundial de forma que a alteração da posição de uma peça desse “jogo de poder” influi de forma significativa no comportamento dos grandes participantes e conseqüentemente daqueles que vivem em seu entorno.

“Sempre que tal equilíbrio é perturbado por uma força externa ou por uma mudança ocorrida em um dos elementos componentes do sistema, este último mostra uma tendência a restabelecer o equilíbrio original ou um novo equilíbrio.” (Morgenthau, 2003, p. 322)

Essa dinâmica é observada através dos conflitos ocorridos durante os séculos, como por exemplo as Guerras Mundiais, Guerra do Vietnã, Guerras Napoleônicas, que demonstraram as conseqüências do desequilíbrio da ordem entre os Estados e abuso de poder de um sobre outros em prol da sua própria soberania.

“É da natureza das potências se expandirem. As energias de seus membros se irradiam cultural, econômica e politicamente e, ao menos que hajam fortes obstáculos, essas tendências se refletirão no crescimento territorial” (WIGHT, 2002, p.141).

Tal fenômeno explicado também pela visão realista das Relações Internacionais (RI) – ciência a qual estuda as relações humanas através de seus aspectos de poder e instituições, diante de investigação descritiva e positivista – que em seu cerne tem como premissa a sobrevivência e manutenção do poder a qualquer custo, se valendo da condição de incerteza das intenções de outros atores e da legalidade do uso da força, de forma que o sistema internacional é moldado pela sobreposição e dominação de um interesse estatal em detrimentos de outros.

A mudança mais significativa é a que ocorreu com o final da Guerra Fria e o advento da multipolarização. A Guerra Fria (1947-1991), foi caracterizada pela bipolaridade existente entre os Estados Unidos e a União Soviética e a sua corrida pela ampliação de suas influências no globo.

Com o fim do período da organização bipolar, ocorreu o crescimento da consciência de nacionalidade e o surgimento de outras novas potências, como a China que se tornou um grande competidor ao lado dos Estados Unidos, Coreia, Japão, Europa, Índia, Rússia e outros da América Latina através das ferramentas vindas da globalização.

A globalização acelerou a interconectividade entre os países de forma remota, por um lado trazendo transformações positivas ao gerar novos acordos comerciais, colaborações científicas, criação de organizações multilaterais e transnacionais, tais relações coordenadas e institucionalizadas através de órgãos mediadores como a Organização das Nações Unidas (ONU). Por outro lado, a parte negativa se traduz em fenômenos externos como guerras civis, mudanças climáticas e doenças que atingem de forma global, modificando o grau de interferência estatal que antes existia.

A perspectiva liberalista das RI descreve tal ordenação como a mais viável no mundo moderno - o qual vindo do período de medo do retorno dos horrores das Grandes Guerras e ao mesmo tempo estimulado pelo desenvolvimento das nações diante das tecnologias, - permite uma nova visão de interação internacional que prioriza a cooperação, diálogo e estabilidade para o crescimento mútuo das potências.

Contudo, observa-se limitações: não considerar a questão do poder de alterar o rumo de negociações; acreditar na certeza do consenso sobre as normas e regulamentos por todos os governos e; não identificar os diversos atores existentes, como organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs), organizações regionais, empresas multinacionais, indivíduos e não apenas os Estados.

O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra. (Morgenthau, 2003, p. 18)

Essa nova composição atual, considerada multipolar, tem como causa a intensificação da competição internacional, e a consequência o aparecimento de uma linha tênue entre uma diplomacia – a interação pacífica entre os países – e uma disputa bélica, na qual devido às novas tecnologias de combate e de influência, não se tem certeza das intenções estatais e do grau de perigo que a defesa nacional se encontra.

Figura 1: Quadro do espectro dos conflitos e a zona cinza



Fonte: Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040.

Tal condição é chamada pela literatura como “Zona Cinza”, caracterizada como um ambiente operacional distinto entre interações diplomáticas e geopolíticas em tempo de paz e guerra convencional, onde ocorre intensa competição política, econômica, de informação e militar. (Cantwell 2017; Chambers 2016; Corn 2018; Hicks et al. 2019; Pettyjohn and Wasser 2019; Votel et al. 2016)

3 O AMBIENTE INFORMACIONAL E SUAS FERRAMENTAS

O ambiente informacional consiste no conjunto e interação de dados, informações vindas das mais diversas fontes: tanto mídias impressas, como livros e revistas, quanto as informações digitais presentes na internet, bancos de dados, redes sociais e outras plataformas online. Tal lugar é a expressão das tecnologias feitas pelo homem e dessa forma, a formulação e veiculação dos conhecimentos em seu campo pode ser influenciada pelo contexto social, político ou econômico que o indivíduo se encontra.

Esse tipo de comportamento é característico de um cenário informacional que localiza-se dentro da “zona cinza” do sistema internacional, tendo como característica o uso de táticas de desinformação, coerção política e operações cibernéticas. (Hicks et al, 2019, p. 19)

(...) É a relativa disponibilidade e acessibilidade de armas cibernéticas e suas aparentes características operacionais – flexibilidade, rapidez, escalabilidade e potencial de escalonamento limitado – que ajudam a explicar por que as armas de operações cibernéticas tornaram-se um dos instrumentos predominantes de projeção de poder na zona cinza (Baezner e Cordey, 2002, p. 10).

Consequentemente, tais mecanismos podem ser utilizados por uma nação para desestabilizar outra, de forma a conquistar objetivos de ampliação de poder, sem necessariamente a informação ser totalmente verdadeira.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Internet da Universidade de Oxford em 2019 traz um relatório sobre a manipulação da mídia e como se tornou um problema mundial.

Trazendo evidências da manipulação da mídia para campanhas políticas em setenta países, nos quais pelo menos um partido ou agência governamental usou as redes sociais para moldar os comportamentos do público e também em operações de política externa. Agindo através de estratégias para controlar opiniões, suprimir direitos humanos e derrubar oponentes partidários, como exemplo o referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia em 2016, o qual gerou a implementação de uma investigação parlamentar pelo uso de campanhas virtuais e violação de dados de usuários da rede social “facebook”.

Outro exemplo citado no relatório, foram as eleições ocorridas nos Estados Unidos e suas campanhas em 2016, marcadas pelo uso expressivo de desinformação, manipulação de dados, uso de contas falsas e robôs para estimular um viés político. Diante análise de pesquisadores de Princeton, Dartmouth e Exeter sobre o uso das redes durante as campanhas presidenciais, conclui-se que um em cada quatro norte-americanos foram expostos a sites com notícias falsas durante o processo eleitoral.

Além dos estados Unidos, dentre os países citado pelo estudo, a China é trazida como amostra pois mediante a utilização dos canais de interação social do país, realizou propaganda governamental durante os protestos em Hong Kong em 2019. Além disso, países como a Índia, Irã, Paquistão, Rússia, Venezuela e Arábia Saudita também foram elencados por utilizarem dessas técnicas em prol em influenciar a opinião pública em relação aos seus governos.

Os modelos de comunicação utilizados pelos governos são definidos pelo estudo de Oxford mediante da criação de desinformação e manipulação da mídia; veiculação de conteúdos para segmentos específicos através de vídeos, páginas falsas, anúncios pagos e uso de trolling - comportamento que tende sistematicamente a desestabilizar uma discussão racional - e sistemas automáticos para reforçar um tipo de discurso nos fóruns da internet.

No que tange aos conflitos armados, do conjunto de consequências atreladas ao incremento do emprego de tecnologias emergentes, visualiza-se maior avanço para os sistemas vocacionados para ações de ataque em operações ofensivas, gerando “vantagem competitiva” aos seus detentores.

Como consequência, é provável que aumente a incidência de investimentos em novas tecnologias que agreguem valor às capacidades militares, com destaque para aquelas direcionadas para sistemas de detecção e vigilância e armamentos de energia dirigida de longo alcance. (Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040, 2023, p. 3-5)

Diante desse cenário, observa-se que tais ações na área informacional geram oportunidades e ameaças para as potências mundiais em sua política externa e interna:

Tabela 1: Quadro de eventos e suas implicações

EVENTO	DESAFIOS	
	Oportunidades	Ameaças
5. Incremento de tecnologias disruptivas aplicadas ao campo militar.	O.5.1- incremento da recuperação da capacidade operacional da F Ter; O.5.2- aumento do poder de combate da F Ter; O.5.3- incremento da colaboração da F Ter para o fortalecimento da postura estratégica dissuasória brasileira; O.5.4- desenvolvimento doutrinário constante; O.5.5- aumento da demanda de SMEM de origem nacional, vinculado a um orçamento adequado; e O.5.6- incremento de capacidades militares de defesa	A.5.1- aumento da dependência de importações de SMEM; A.5.2- incremento do “cerceamento tecnológico”, limitando o acesso a tecnologias sensíveis e SMEM estratégicos para a Defesa; A.5.3- aumento do gap tecnológico em face às capacidades militares de outros Estados; A.5.4- necessidade de emprego de recursos humanos mais qualificados na operação dos SMEM; e A.5.5- comprometimento da soberania nacional em face da degradação do poder militar brasileiro.
8. Universalização do acesso à informação.	O.8.1- incremento da relevância da comunicação estratégica; O.8.2- conscientização do segmento político acerca da relevância da temática defesa nacional; O.8.3- conscientização da sociedade acerca da relevância da sua participação na defesa nacional; O.8.4- projeção de ideias-força de interesse do Setor de Defesa para a consecução da modelagem dos ambientes de segurança, desde o tempo de normalidade; e O.8.5- incremento e aperfeiçoamento do recrutamento de recursos humanos para as FA	A.8.1- novas utilizações da Inteligência na era da informação; A.8.2- acesso quase que irrestrito a qualquer forma de informação na web; A.8.3- uso indiscriminado de redes sociais, seja em ambiente de normalidade, seja em operações militares; A.8.4- sujeição de manipulação de militares, seja em ambiente de normalidade, seja em operações militares, por meio da divulgação de informações falsas/maliciosas em redes sociais e aplicativos web; A.8.5- intensificação de ações psicológicas adversas, utilizando redes sociais e aplicativos web; e A.8.6- manipulação indiscriminada da informação; e A.8.7- estabelecimento de conflitos abaixo da linha da guerra (grey zone), com indiscriminada manipulação da informação.

Fonte: Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040.

4 O NOVO COMPORTAMENTO DA FORÇA TERRESTRE

O artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) afirma que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

Diante dessa máxima, o consenso de uma declaração em âmbito internacional implica a aplicação de seus preceitos no campo doméstico dos países membros.

Através disso, no Brasil foi aprovada a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética em 2020, a qual constitui-se como instrumento de planejamento para a melhora na segurança e credibilidade das instituições e dos serviços governamentais contra as ameaças no campo informacional.

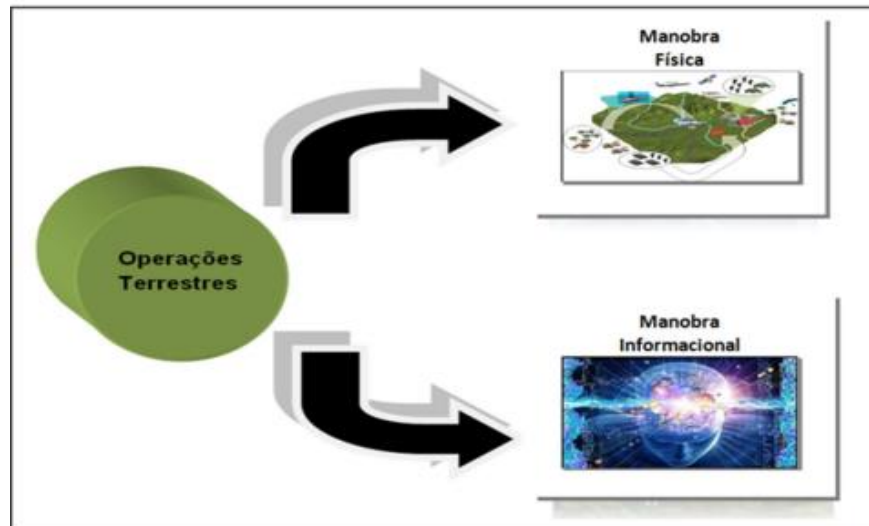
Tal decreto possui dentre objetivos a serem alcançados a ampliação do ambiente digital, focada em duas áreas: proteção de direitos privados e segurança no ambiente digital.

Os objetivos a serem alcançados incluem: aprimorar os mecanismos de proteção de direitos no meio digital, inclusive nos aspectos relativos à privacidade e à proteção de dados pessoais, e reconhecer as especificidades desse ambiente; fortalecer a segurança cibernética no País, com estabelecimento de mecanismos de cooperação entre entes governamentais, entes federados e setor privado, com vistas à adoção de melhores práticas, coordenação de resposta a incidentes e proteção da infraestrutura crítica; e - reforçar os instrumentos de cooperação internacional entre autoridades e empresas de diferentes países, de maneira a garantir a aplicação da lei no ambiente digital. (Brasil, 2018)

Conseqüentemente com a aplicação de uma medida na dimensão institucional normativa, se faz necessário a utilização de outras agências constituintes dos poderes da nação para sustentar e manter a execução dos regulamentos nos diversos setores dentro e fora das fronteiras estatais, sendo essa cooperação feita pela Força Terrestre (F Ter).

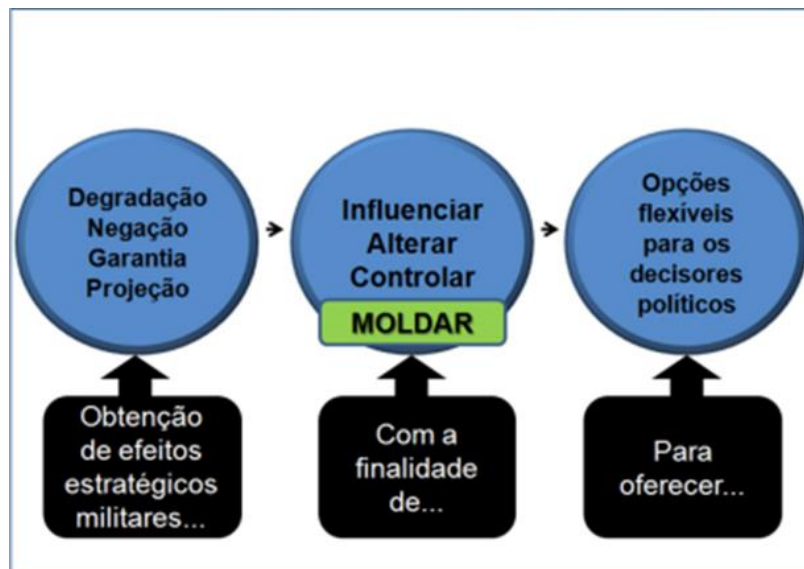
Os exércitos continuarão fazendo uso da força letal, não raro, aplicando enorme capacidade destrutiva. Porém, o farão de acordo com um novo conjunto de propósitos, definindo seu foco, além do “cinético físico”, também para o “estratégico informacional”. (Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040, 2023, p. 4-4)

Figura 2: Componentes das Operações Terrestres



Fonte: Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040.

Figura 3: A nova perspectiva para o uso da força



Fonte: Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040.

No Setor Cibernético, as capacitações destinar-se-ão ao mais amplo espectro de emprego civil e militar. Incluirão, como parte prioritária, as tecnologias de comunicações entre as unidades das Forças Armadas, de modo a assegurar sua interoperabilidade e a capacidade de atuar de forma integrada, com segurança. (Brasil,2013)

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro tem como responsabilidade o setor cibernético visto as mudanças na zona cinza e a implementação maior do uso de tecnologias tanto na parte militar, como na informacional. A sua atuação no campo tecnológico será feita de modo que permita ter o controle da narrativa estratégica e conferir flexibilidade das ações militares.

Promovendo assim, ações que gerem aquisição de conhecimento e desenvolvimento de soluções para a defesa nacional, como por exemplo ferramentas de inteligência artificial, algoritmos criptográficos e de autenticação e desenvolvimento de satélites nacionais para comunicações seguras.

Conforme descrito no Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040, o uso da F Ter nas operações tem como finalidade moldar a dinâmica do ambiente operacional em todas suas instâncias, sendo a física, a humana e a informacional.

O sucesso nessa tarefa, urge a obtenção de Efeitos Estratégicos Militares de forma a alcançar a transformação do cenário que o país se encontra, e posteriormente a construção de um objetivo político mais favorável para a ampliação da soberania nacional.

Os Efeitos Estratégicos Militares conceituam-se em quatro categorias: degradação, negação, garantia e projeção. A degradação se faz presente por meio de danos às forças inimigas reduzindo sua consciência situacional e prejudicando suas operações. A negação consiste em dificultar o acesso em áreas de interesse, e a garantia se faz de forma a preservar sistemas e informações.

Diante de tais ações, obtém-se a projeção, ampliando a influência da nação nos campos estratégicos, por meio de operações de paz, ajuda humanitária, vigilância de fronteiras físicas e informacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A F Ter, a fim de prevalecer no combate futuro, como parte de uma Força Conjunta, contribuirá com os esforços voltados para a garantia da soberania nacional, negando o acesso e a liberdade de ação, em áreas de interesse, a eventuais oponentes que venham a ameaçá-la.” Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040, 2023)

O equilíbrio entre segurança, liberdade de expressão e privacidade é um desafio constante que exige abordagens inovadoras e colaboração contínua entre diversos setores da sociedade.

Para tal objetivo, se faz necessário observar dois tópicos: primeiro, a dimensão internacional da política de segurança cibernética concentra-se em como os atores estatais moldam e usam o ciberespaço de acordo com seus objetivos estratégicos, enquanto, ao mesmo tempo, lutam para manter a estabilidade de suas relações estratégicas.

Em segundo lugar, a dimensão mais ampla da política de segurança cibernética se concentra em como o estado, a indústria e as sociedades negociam seus respectivos papéis no governo do ciberespaço, ao mesmo tempo em que competem no processo de inovação tecnológica que afeta a transformação contínua do ciberespaço.

Diante disso, o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro- Operações de Convergência 2040 determina que o uso da F Ter será realizado juntamente com a cooperação de outras agências e através de uma sincronização das ações será possível moldar percepções, alterando a narrativa do conflito com suas estratégias de degradação, negação, garantia e projeção, com a finalidade de criar espaços de tomada de decisões mais favoráveis à manutenção e ampliação da soberania nacional.

REFERÊNCIAS

Bradshaw, S. Howard, P. **The Global Disinformation Disorder: 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**. Working Paper 2019.2. Oxford, UK: Project on Computational Propaganda.

Brasil. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/459>. Acessado em 09 de agosto de 2023.

Brasil. **Estratégia Nacional de Segurança Cibernética. Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10222.htm. Acessado em 10 de agosto de 2023.

Brasil. **Sistema Nacional para a Transformação Digital. Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm. Acessado em 09 de agosto de 2023.

Bull, H. (2002 [1977]) **A Sociedade Anárquica**. Imprensa Oficial do EstadoUnB-IPRI: São Paulo.

CPI vai ouvir parlamentar britânico sobre fake news no referendo do Brexit. Senado Notícias, 2020. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/11/cpi-vai-ouvir-parlamentar-britanico-sobre-fake-news-no-referendo-do-brexit>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

CSS Studies in Security and International Relations. **Cyber Security Politics Socio-Technological Transformations and Political Fragmentation**. Routledge, 2022.

Huntington, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

Mars, A. **Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais?** El País, 2018.

Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040**. (EB20-MF-07.101), 1ª Edição, 2023.

Morgenthau, H. **Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora da Unb; Imprensa Oficial de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acessado em: 08 de agosto de 2023.

Visacro, A. (2020). **Fazendo as coisas certas: Segurança e Defesa do Estado Moderno**. Cadernos De Estudos Estratégicos, (1), 49-80.

Recuperado de <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/6723>

Wight, M. **A Política do Poder**. Brasília, Editora da UnB, IPRI e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

Wolosyn, A. **Ameaças e desafios à segurança humana no séc. XXI: de gangues, narcotráfico, bioterrorismo, ataques cibernéticos Às armas de destruição em massa**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Salto (SP): Schoba, 2013.